

NOVOS SUJEITOS E A LUTA PELA TERRA: OS CIGANOS CAMPONESES NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA (MG)

DOI: 10.4025/revpercurso.v8i1.26360

Franco Andrei Borges

Mestre em Geografia – Laboratório de Geografia Agrária - Universidade Federal de Uberlândia– MG.
fabgeoufu@yahoo.com.br

Marcelo Cervo Chelotti

Professor nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia Laboratório de Geografia Agrária - Universidade Federal de Uberlândia– MG
chelotti@ig.ufu.br

RESUMO: A multiplicidade de territórios e a diversidade que emerge com a presença de novos sujeitos em processos de reforma agrária é o que abordamos neste trabalho. Consideramos para a pesquisa o Projeto de Assentamento “Paulo Faria”, onde ciganos e não ciganos lutam por território, engajados em movimentos de reivindicação de terras. Para a pesquisa de campo, foram realizadas doze entrevistas com ciganos e não ciganos com o objetivo de buscar dados sobre a inserção cigana na estrutura fundiária agrária por meio dos movimentos socioterritoriais. As entrevistas foram feitas por meio de questionários semiestruturados, com a finalidade de entender os processos de deslocamento desses sujeitos, principalmente os ciganos, em função do movimento de luta pela terra e o assentamento nos lotes. A partir dessas entrevistas, percebemos como os ciganos se organizam politicamente em função dos ideais socioterritoriais, com seus deslocamentos entre cidades de Minas Gerais e Goiás. A princípio, imaginávamos que eram sujeitos nômades, o que não é verdade. A partir dos dados, depreendemos que, em meio a conflitos diversos, choque cultural e controle das associações e de insumos produtivos, emerge um processo de produção identitária no qual o cigano, antes nômade e andante, estabelece-se em um território e constrói sua identidade em um espaço de luta política e de novos modos de se relacionar com os assentados não ciganos.

Palavras-chave: Ciganos; Assentamento Rural; Choque Cultural; Identidade.

NEW SUBJECTS AND THE FIGHT FOR LAND: GYPSY PEASANTS IN THE MINAS TRIANGLE AND ALTO PARANAÍBA (MG)

ABSTRACT: This paper focuses on the multiplicity and diversity of territories emerging from the presence of new subjects in agrarian reform processes. The site chosen for the study was Settlement Project "Paulo Faria", where Gypsies and non-Gypsies engaged in land claim movements are fighting for territory. In the field study, twelve interviews were conducted with Gypsies and non-Gypsies to collect data on the integration of Gypsies in agrarian land structure through social/territorial movements. The interviews relied on semi-structured questionnaires aimed at providing an account of the subjects' - particularly the Gypsies' - mobility as a result of their struggle for land and settlement on plots. The interviews showed that the gypsies organize themselves politically on the basis of social/territorial ideals, transiting between cities of the states of Minas Gerais and Goiás. At first we were under the impression that these were a nomadic people, but this proved not to be true. From the data we can infer that, within a framework of conflicts, culture shock and controlled associations and production inputs, there emerges an identity production process in which formerly nomadic and traveling gypsies settle a territory and build their identity by facing political struggle and new ways of relating to non-gypsy settlements.

Key-words: Gypsies; Rural settlements; Culture shock; Identity.

1 INTRODUÇÃO

A multiplicidade de territórios e a diversidade resultante da presença de novos sujeitos em processos de reforma agrária é o que abordamos neste trabalho. De um lado, os ciganos, novos figurantes e futuros pretensos camponeses, deixam seu modo de vida — que imaginávamos nômade, com territórios móveis — para se fixarem na terra e nela produzirem.

Na outra extremidade, posseiros — camponeses expropriados do campo por conduta governamental, principalmente de ordem econômica e política — são tirados de seus meios de produção e de sobrevivência. Foi o que ocorreu com a expansão das monoculturas promovida pela Revolução Verde no cenário do Cerrado brasileiro, fenômeno que levou tais sujeitos em direção aos centros urbanos para lá viverem na condição de moradores das periferias. Tornando-se muitas vezes profissionais desqualificados, muitos posteriormente retornaram ao campo para não mais para trabalharem como campesinos, e sim como trabalhadores volantes.

Um movimento constante integra essa massa de sujeitos em meio às lutas por acesso à terra e inclusão socioterritorial, buscando no campo como um novo modo de vida e lotes da reforma agrária junto a idealizações coletivas de acesso a terra. A região do Triângulo Mineiro também é foco de tensão na luta pela terra, principalmente em função da atuação de diversos movimentos sociais. De acordo com dados do DATALUTA, entre os anos de 1990 e 2011 a região do Triângulo Mineiro foi palco de 224 ocupações de movimentos de luta pela terra, destacando-se o município de Uberlândia, com 53 dessas ocupações. Logo em seguida está o município de Prata, com 18 ocupações, das quais cinco somente entre os anos de 2009 e 2011. Fica claro que a luta pela terra na região foi fator determinante para a movimentação e a efetivação dos vários assentamentos, com a conquista de lotes por muitas famílias. Outras tantas, entretanto, ainda margeiam as rodovias, acampadas, ignoradas pelos que passam e ludibriadas por aqueles que apenas levam promessas.

Nesse contexto, tínhamos de uma parte os ciganos, novos sujeitos imersos na luta por terra e objeto de estudo do presente trabalho. Com a lógica de organização inerente a seu meio e a sua coletividade, seus fortes laços familiares e sua oralidade, conseguiram bons lotes por meio de afinidade ou parentesco. Aqueles que quiseram ser vizinhos ou que tinham laços familiares ficaram próximos entre si, gerando uma vizinhança geograficamente fronteiriça entre amigos e/ou parentes.

De outro lado, figuravam no meio social pesquisado os camponeses, com seus sonhos, ideais de luta, organização social e sindical. Arraigados em um processo de construção e manutenção de uma vida familiar camponesa, caracterizam-se conforme a leitura aqui adotada como não ciganos que, excluídos de um processo organizado, ficaram com os lotes menos dotados de estrutura básica. Surgiram, conseqüentemente, algumas tensões derivadas de disputas de poder entre os grupos em questão. No presente trabalho, o grupo dos camponeses não será enfatizado, mas importa que, neste momento, seja apresentado também como ocupante do território em estudo.

Foram elaboradas algumas propostas para o desenvolvimento do trabalho, mediante o objetivo geral de compreender as características dos sujeitos ciganos, que têm como traço de identidade um constante processo de territorializar, desterritorializar e reterritorializar (T-D-R).

Engajam-se em movimentos de luta por terra e reterritorializam-se no campo, abandonando ou tentando abandonar a cultura nômade que lhes é inerente.

Quando consideramos seu meio de vida, percebemos que há uma divisão social do trabalho bem definida. As mulheres cuidam dos afazeres domésticos, do preparo dos alimentos, da venda de alguns serviços para vizinhos próximos. Um exemplo é a mão de obra doméstica, paga em dinheiro, itens alimentares ou de limpeza, tais como sabão, um frango ou um litro de banha de porco (que ainda é utilizada por muitos no meio rural, substituindo o tradicional óleo de soja no preparo de alimentos). Os homens ficam com a parte bruta do trabalho: montar e desmontar o acampamento, cuidar das tropas de animais, sair para realizar contatos para a venda de animais, por exemplo, a vizinhos do fazendeiro ou até ao dono da fazenda onde estiverem acampados. Também são responsáveis por consertos em selas e arreios, bem como artesanato em couro etc.

Para a realização deste trabalho, analisamos dados coletados em pesquisa de campo durante seis viagens entre Uberlândia e o assentamento P.A. Paulo Faria (Projeto de Assentamento Paulo Faria), bem como em uma viagem ao município de Prata, com o objetivo de contatar líderes dos movimentos socioterritoriais. Foram realizadas doze entrevistas com ciganos e não ciganos para a coleta de dados sobre sua inserção na estrutura fundiária agrária por meio dos movimentos socioterritoriais. Buscamos informações sobre suas histórias de vida, os conflitos envolvidos na luta (internos ou externos ao assentamento) e o porquê de sua inserção junto aos movimentos.

As entrevistas foram gravadas após as devidas autorizações, já que envolviam fotografias de posses, tendas, utensílios domésticos e de trabalho, juntamente com símbolos e imagens. O estudo tem caráter metodológico qualitativo devido aos dados já catalogados por meio de questionários aplicados. Nestes, a possibilidade de o entrevistado falar do tema se torna mais abrangente, sem perder o foco. De acordo com Gil (1999, p.128) “a entrevista é uma forma de investigação social em que há um diálogo assimétrico entre dois elementos se encontram” – um deles fornecendo dados, o outro apresentando indagações relevantes à investigação.

A partir desses questionamentos, pode-se construir um mapa social da vida desses sujeitos. Tomam-se por base fragmentos de sua história de vida, ou toda ela, e faz-se uma cronologia de suas andanças e construções sociais ao longo de suas desterritorializações e

reterritorializações, um mapa dos seus deslocamentos e dos vários municípios pelos quais transitam ou transitavam.

A observação dos ciganos no trabalho de campo fornece dados de seu cotidiano e seus afazeres. Na prosa que antecede o almoço, discute-se quem tem gado de leite, ou seja vacas leiteiras para vender, se é ou não bom fazer negócios, se o melhor está disponível, se alguém está “apertado” e a possibilidade de se obter um preço menor de compra. Fala-se sobre a origem e os preços comercializados na região etc., tudo de forma que o pesquisador já não seja percebido como presença de um estranho. Este modo de agir inspira-se na leitura de Malinowski (1976), o qual exemplifica seu trabalho e sua pesquisa, durante a qual o autor se inseriu no contexto de vida de povos da Nova Guiné e das ilhas Trobriand, passando-se por observador, sem influenciar os atos do grupo. Contudo, em uma realidade distinta, usamos o mesmo processo para com os ciganos na coleta de parte dos dados, de forma a observa-los sem interferir na lida de suas tarefas.

O uso de imagens deve ser compreendido como procedimento metodológico, pois nelas se percebem detalhes, cores e singularidades que comumente passam despercebidas. Para Monteiro (2010), a imagem se torna elemento científico dos fatos e fenômenos sociais. Temos, ainda, a abordagem que remete à pesquisa bibliográfica. As obras de determinados autores foram fundamentais para subsidiar nossas análises a respeito do tema de pesquisa, a exemplo de Haesbaert (1997, 2002, 2004, 2005, 2007), Hall (2007), Raffestin (1993), Fernandes (2005) e Canclini (1997), entre outros.

Esta pesquisa sintetiza a forma como diversos sujeitos, em suas diversas concepções e formações político-culturais, se mesclam em um único lugar: neste caso, o campo. Palco de disputa entre grandes empreendimentos e pessoas que tentam voltar a ele por processos de reterritorialização, juntamente com novos sujeitos, esse espaço deixa de ser exclusividade apenas de quem um dia já teve laços no local.

O presente artigo foi estruturado em duas partes. Na primeira, apresentamos o assentamento e nosso *locus* de pesquisa, o quantitativo de sujeitos territorializados, bem como os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Na segunda, apresentamos os ciganos em seu contexto nômade, definido pelo constante acampar e levantar acampamento. Relatamos também suas histórias, que mostram sua presença pretérita no campo agrícola produtivo da região e sua inserção na luta pela terra por intermédio dos movimentos socioterritoriais.

2 O OBJETO DE PESQUISA

O *locus* desta pesquisa é o assentamento Paulo Faria (P.A.), com área de 5.854,72 hectares. Duzentas e vinte famílias de camponeses ciganos e não ciganos estão assentadas no referido assentamento, que é formado pelas propriedades: Oncinha, Retiro do Lobo, Taquara, Santa Bárbara e Aprazível. As coordenadas geográficas de sua localização são 19° 30' 04" latitude Sul e 48° 31' 01" longitude Oeste. Destacamos, ainda, que o assentamento é dividido pelo rio do Peixe, fronteira natural entre os municípios de Prata e Campo Florido (Figura 01).

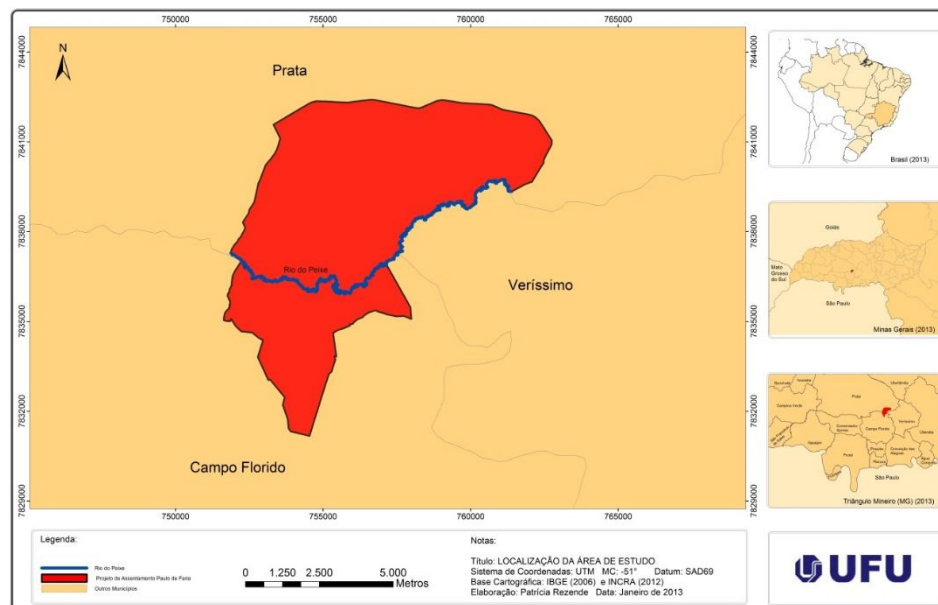


Figura 1 – Localização dos Municípios de Prata e Campo Florido (MG), onde se localiza o Assentamento Paulo Faria.

Fonte: Rezende, P. (2013)

O ambiente estudado é um espaço rural que talvez não tenha sido até o momento percebido como um rural multicultural no que concerne à composição social dos sujeitos reterritorializados no assentamento. Isto se mostra de forma evidente pela presença destes dois grupos específicos: o grupo dos ciganos, composto por sessenta das duzentos e vinte famílias assentadas, e o grupo dos camponeses não ciganos, composto pelas demais famílias.

Há de ser salientado que todos os assentados estão envolvidos em um contexto sociopolítico polêmico devido à divisa territorial dos municípios, o que dificulta a reivindicação de melhorias para a comunidade de produtores. Observou-se que, como estão numa confluência entre dois municípios (Prata e Campo Florido), há pouco apoio material e estrutural para o acesso à escola, ao saneamento básico, às cooperativas de crédito e consultoria, entre outros elementos que possibilitariam o direcionamento desses produtores em seus respectivos espaços.

Apesar dos quase nove anos de assentamento, vários dos assentados sequer têm uma residência para morar e a grande maioria vive sob barracos de lona. Assim, as dimensões materiais consistem principalmente em infraestrutura que, geralmente, é precária, em maiores proporções nos primeiros anos de assentados. Isso constitui um fator de desmotivação para aqueles que querem se tornar camponeses, além disso as disputas internas pelas migalhas de poder e controle dos poucos insumos que estão a disposição, como trator e outras ferramentas geram uma instabilidade na relações entre os assentados.

A Figura 2, por exemplo, mostra uma tenda cigana – não totalmente montada, mas com alguns itens que fazem entender que não se trata de uma barraca de um assentado comum. É notável a forma de construção da tenda, as diversas painéis, chaleiras e bules de alumínio que brilham intensamente de tão areados e limpos, como é comum em tendas e acampamentos ciganos.



Figura 2 – Tenda cigana do Projeto de Assentamento “Paulo Faria”
Fonte: Coleta de dados da pesquisa (2014).

2.1 DA CONSTANTE MOBILIDADE À FIXAÇÃO DOS CIGANOS NOS ASSENTAMENTOS

Em seus lotes, os ciganos passam a estabelecer um perímetro de domínio, uma área em outra maior. Essa área se caracteriza como um território específico, visto e respeitado pelos demais assentados circunscrito por fronteiras físicas e simbólicas, dentro da lógica de um espaço peculiar de domínio.

Para Haesbaert (2005), o território nasce com uma dupla conotação material e simbólica. Etimologicamente, aparece próximo tanto de terra (*territorium*) quanto de térreo (*territor* ou terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror e do medo – especialmente para aqueles que, com essa dominação, ficam alijados da terra, ou no *territorium* são impedidos de entrar.

Ao mesmo tempo, por extensão, para aqueles que usufruem deste espaço, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. Assim, em qualquer acepção,

“território” está relacionado a poder, mas não apenas ao tradicional, e sim ao político, segundo o mesmo autor.

A multiplicidade do território, para Haesbaert (2005), está inserida em relações de dominação e/ou apropriação sociedade-espço. A territorialização deve ser trabalhada na multiplicidade de suas manifestações – que é também, e sobretudo, multiplicidade de poderes incorporados pelos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos, como é o caso do P.A.

O assentamento agrega espaços, alguns, como posse de ciganos — ex-nômades que fixaram moradia nessa localidade específica, trazendo sua própria identidade cultural, seus modos de vida e seus recorrentes significados no intuito de garantir a sobrevivência. Por isso, segundo Haesbaert (2005), devemos primeiro distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, quer sejam indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas ou instituições.

Dessa forma, a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para se criar e manter a ordem, mas uma estratégia para que o ser humano se estabeleça e permaneça no contexto geográfico onde experiencia o mundo dotado de significados (HAESBAERT, 2005). Assim, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois os sujeitos exercem domínio sobre o espaço, tanto para realizar trabalhos quanto para produzir significados relacionados que justificam o uso da terra.

O território é funcional, a começar pela condição de fonte estrutural, seja de proteção ou abrigo, seja de recursos naturais. Os ciganos constroem e moldam sua territorialidade naquilo que lhes é inerente – a peculiaridade de seus costumes, suas tradições –, a exemplo da criação e do comércio de cavalos, muares e, agora, da criação de gado leiteiro no assentamento P.A. O processo de sedentarismo, vale dizer, facilita esta última atividade; no entanto, ela não se aplica a todos os membros ciganos, mas apenas a alguns que, com recursos próprios, começaram a nela investir.

Em relação aos cavalos e muares, o deslocamento desses animais não era problema anteriormente, pois era mais fácil lidar com a sazonalidade das andanças em função do nomadismo. Também era fácil encontrar trato para os animais nos pastos que geralmente abundam em beiras de rodovias ou lotes vagos nas periferias das cidades, os quais lhes serviam de destino.

Na concepção de Haesbaert (2004), mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo. Esses processos de (multi)territorialização precisam ser compreendidos especialmente pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que implicam.

Nesse sentido, há de se compreender que buscar o entendimento de que os assentamentos são exemplos de processos de T-D-R (Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização) que, na reforma do campo, envolvem dimensões materiais e imateriais da organização e do planejamento do espaço rural. Na lógica dos ciganos, esse processo de fixar-se em um assentamento pode se estabelecer como o fim do seu território-rede, no qual esse ir e vir era anteriormente um processo contínuo e cíclico. Haesbaert (2004) esclarece:

talvez seja esta a grande novidade da nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, podemos dizer. Assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e ou controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento (HAESBAERT, 2004, p. 279-280).

Esses territórios-rede e essa mobilidade territorial foram estabelecidos nos grupos dos ciganos por meio de processos familiares e coletivos de socialização com outros grupos não ciganos que os acolheram em suas andanças. Esta tradição foi repassada aos novos andantes desses territórios, ou seja, aos descendentes ciganos. Estabeleceu-se assim uma memória coletiva dos territórios-rede por meio da oralidade, que ficou fixado como uma marca e um símbolo para o grupo.

Com relação aos ciganos rurais, quando havia um estreito laço de amizade com o fazendeiro, os ciganos permaneciam por um período maior na fazenda e, em períodos cíclicos de colheita, os homens trabalhavam na coleta de produtos como feijão, algodão, arroz e sementes de capim para a formação de pastos. Um entrevistado do grupo cigano, cujo nome será preservado

(designado aqui de “W”), nos narra um pouco de como era ser cigano, trabalhar na roça e sofrer estigmas:

se tivesse serviço nós fazíamos, aqui mesmo nesta região, já trabalhei tirando semente, é como você falou, tinha preconceito sim, nós subimos no caminhão lá em Comendador Gomes, quando entramos no caminhão eles acharam que nós não sabíamos cortar arroz, éramos violentos (*bons de serviço*) enquanto eles pegava uma rua só, nos tínhamos duas duas, hora que eles chegavam no meio da linha, já tínhamos chegado na outra rua, batemos arroz normal, saca de arroz de 60 quilos, nós de 2 enquanto eles eram 3, depois , havia leilão para levar nós para colher arroz em outras fazendas, enquanto chegava um que pagava dez reais outro oferecia doze para levar nós para trabalhar, ficamos uns três meses assim. Aqui em Comendador Gomes e Algodão lá em Carneirinho. (“W”, relato de assentado cigano sem alteração ou correção gramatical, 2014).

Para muitos cidadãos não ciganos, o fato de um cigano declarar que já trabalhou ou trabalha convencionalmente pode gerar espanto devido às muitas concepções trazidas ou absorvidas, que se mesclam a dúvidas e preconceito. Isto mostra que, ao contrário de muitas inquietações a seu respeito, os ciganos são pessoas normais que, por uma condição peculiar e cultural, se diferenciam e se inserem de forma laboral no processo produtivo da sociedade que os julga.

2.2 AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES

Acreditava-se, antes da realização deste trabalho, que os ciganos viviam errantes e sem destino em pequenas cidades e fazendas. Este é um engano. O presente estudo mostra que há um vínculo estreito entre eles e a terra – seja pelo comércio de cavalos, que prevalece até os dias atuais, seja pelo contato com a produção de gêneros alimentícios (como arroz, feijão, laranja, abacaxi e outras frutas regionais) que têm lavouras e colheitas sazonais, em função das quais fazem e/ou faziam os seus deslocamentos programados.

Diante desses encontros com os ciclos de colheitas, preestabelecia-se um cronograma e um projeto mental de viagens. Os deslocamentos eram feitos sempre pelo mesmo caminho e o acampamento era quase sempre montado onde já tinha havido acolhimento.

Estabelecia-se, assim, um fluxo de rede entre alguns pontos de destino que, muitas vezes, atravessavam as fronteiras físicas — no caso do assentamento P.A., entre Goiás e Minas Gerais. Nesse roteiro, os ciganos acabavam ficando apenas o tempo necessário, sempre em contato com outras caravanas e grupos de ciganos, de forma a ter uma melhor opção de destino. Dessa forma, estabeleciam territórios móveis e temporários a ser utilizados de acordo com a sua conveniência.

Haesbaert (2004) frisa a lógica territorial cigana e seus fluxos de rede, reconhecendo quatro perspectivas que abrangem o processo de territorialização: (a) as concepções materialistas, nas quais o território é entendido como um objeto material e, mesmo que sua determinação seja concebida por relações, é visto como um produto definido, consolidado; (b) as concepções idealistas, que veem o território a partir da ação de sujeitos e comunidades; (c) as concepções que integram as diferentes dimensões do social e acolhem as objetivações delineadas pelos enfoques materialista e idealista; e, incluída nesse último grupo, (d) a concepção relacional, que compreende a articulação entre os processos sociais e o espaço material, em que o território é entendido primordialmente como uma relação, mais do que como fato consolidado.

Concordando com Haesbaert (2004), a multiterritorialidade contemporânea envolve a presença de uma extensa multiplicidade de territórios/espacos e sua articulação se dá em forma de territórios-rede. Com isso, a territorialidade (a multiterritorialidade) deve ser analisada como uma manifestação sociopolítica e cultural geral ligada à humanidade.

O autor afirma ainda que a multiterritorialidade não é fator exclusivo da temporalidade contemporânea, ou seja, a transformação do meio (a compressão espaço-tempo) tem ampliado a perspectiva de sua manifestação; dessa maneira, torna-se uma condição, de modo equivalente ao território, sendo a transterritorialidade uma de suas vertentes.

Autores como Hall (2007) discutem a criação do sujeito pós-moderno que, partindo de uma identidade unificada e estável, está-se tornando fragmentado, dando lugar a esse sujeito novo, que assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. E afirma ainda que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”. Os ciganos, em sua constante movimentação, podem ter assumido – ou olhado com mais critério – o seu entorno, e percebido a possibilidade de terem atributos condizentes com o que estava acontecendo à sua volta.

Para isso, seria preciso adaptação, como no sujeito pós-moderno de que Hall trata, aquele capaz de se mesclar e atender às necessidades impostas. Para isso, os ciganos não perderiam seus símbolos, tampouco sua identidade; pelo contrário, mesclariam uma identidade à outra, criando a possibilidade de serem, ao mesmo tempo, ciganos e camponeses.

Canclini (1997) denomina a isso de “hibridismo”, ou seja, a mescla de culturas e sujeitos no espaço-tempo. Cria-se o novo, o cigano camponês. A união se dá a partir de concepções e formações culturais distintas em uma lógica de interesses iguais: o movimento de luta pela terra. A partir da conquista, da posse dos lotes, mesclam-se duas linhas: a criação de novos sujeitos identitários e a constituição de mutiterritórios, sejam estes os territórios ciganos/camponeses e/ou os territórios propriamente dos camponeses em sua essência.

Para se estabelecerem no P.A., os ciganos tiveram de passar pelo processo de T-D-R – em síntese, ter uma referência ou base, desterritorializar-se e, logo em seguida, reterritorializar-se. Por isso, vivenciaram a adaptação de sua identidade cultural a uma nova realidade, uma vez que o uso da terra é uma forma básica pela qual os homens se territorializam, desenvolvem atividades econômicas e implantam estruturas e sistemas de fixação. O uso da terra é cada vez mais normatizado e regulado em face das exigências sociopolíticas e ambientais. Os zoneamentos de planejamento e gestão territorial, bem como os de organização de cidades, os zoneamentos agrícolas, a demarcação de territórios étnico-culturais e a criação de áreas de preservação são algumas dessas formas (HEIDRICH, 2012).

O autor entende que o processo de desterritorialização tem diversas implicações sociais, econômicas, políticas ou culturais, já que esse todo se relaciona entre si e no formato espaço-tempo. Melhor explica Ianni (1995):

o conceito de desterritorialização aplica-se não apenas a óbvios exemplos, como corporações transnacionais e mercados monetários, mas também a grupos étnicos, lealdade ideológica e movimentos políticos que atuam crescentemente em moldes que transcendem fronteiras e identidades territoriais específicas. A desterritorialização tem afetado as lealdades de grupos envolvidos em diásporas complexas, suas manipulações monetárias e outras formas de riqueza e investimento, bem como as estratégias de Estado. O debilitamento dos vínculos entre povo, riqueza e territórios, por sua vez, tem alterado a base de muitas interações globais significativas e, simultaneamente, põe em causa a definição tradicional de Estado. (IANNI, 1995, p. 93).

Vê-se que o homem, em seu processo de busca pela sobrevivência no campo (espaço rural), onde se firma em locais distintos à sua cultura, se desterritorializa para, logo em seguida, se reterritorializar.

Assim, o que se mantém territorializado já não é mais a mesma coisa, muda de aspecto, adquire novo significado, desfigura-se devido às novas realidades reafirmadas no mesmo espaço – ou seja, absorve mesmo que indiretamente modos, culturas, formas de linguagem. Rompem-se os quadros geográficos e históricos prevalecentes e emergem outras conotações para o que é singular, particular ou universal em outras mediações (IANNI, 1995, p. 103-104).

A questão dos ciganos e seus processos de reterritorialização no campo pode ser qualificada como singular. Essa dualidade cigano/camponês serve apenas para que os ciganos se afirmem ainda mais em seus processos culturais, não se isolando, mas se consolidando como ciganos e firmando esta condição por meio de uma nova identidade: a de ciganos camponeses.

No mundo moderno, as culturas regionais se unem para manter suas próprias identidades culturais. Estas, de acordo com Castells (1999), ocorrem em meio a um “processo de construção de significados, tendo como base a experiência de um determinado povo”.

De acordo com o autor, na perspectiva sociológica, toda e qualquer identidade é construída. Muitas vezes, a criação da identidade ocorre em um contexto marcado por relações de poder — por exemplo, uma “identidade de resistência”, que se caracteriza pela mobilização de agentes/sujeitos “em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência”. Na luta pela defesa de seus territórios e identidades, esses grupos vão reforçando o limite de “resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável” (CASTELLS 1999, p. 22-25).

Dessa forma, a relação com o território está intrinsecamente ligada à construção das identidades dos sujeitos. No assentamento P.A., essa premência destaca-se nos dois grupos já referenciados. Analisar o processo T-D-R dos ciganos é entender que o território é um elemento preponderante na reconstrução das identidades e na reafirmação de culturas, sendo a base das práticas sociais, das representações e das significações, mesmo que esteja diante de uma reconstrução de territórios, que eram móveis, para a construção de um território fixo.

No entanto, no campo descobriu-se que os ciganos “teceram” uma rede de territórios que engloba municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais (Tupaciguara, Araguari, Campina

Verde, Prata e Campo Florido em Minas Gerais e Corumbaíba, Marzagão, Anhanguera e Cumari em Goiás). A Figura 3 apresenta um mapa dos municípios em questão e da rede de deslocamentos dos sujeitos ciganos, caracterizando os territórios-rede por meio de suas afirmações nesses territórios, na forma das atividades praticadas.

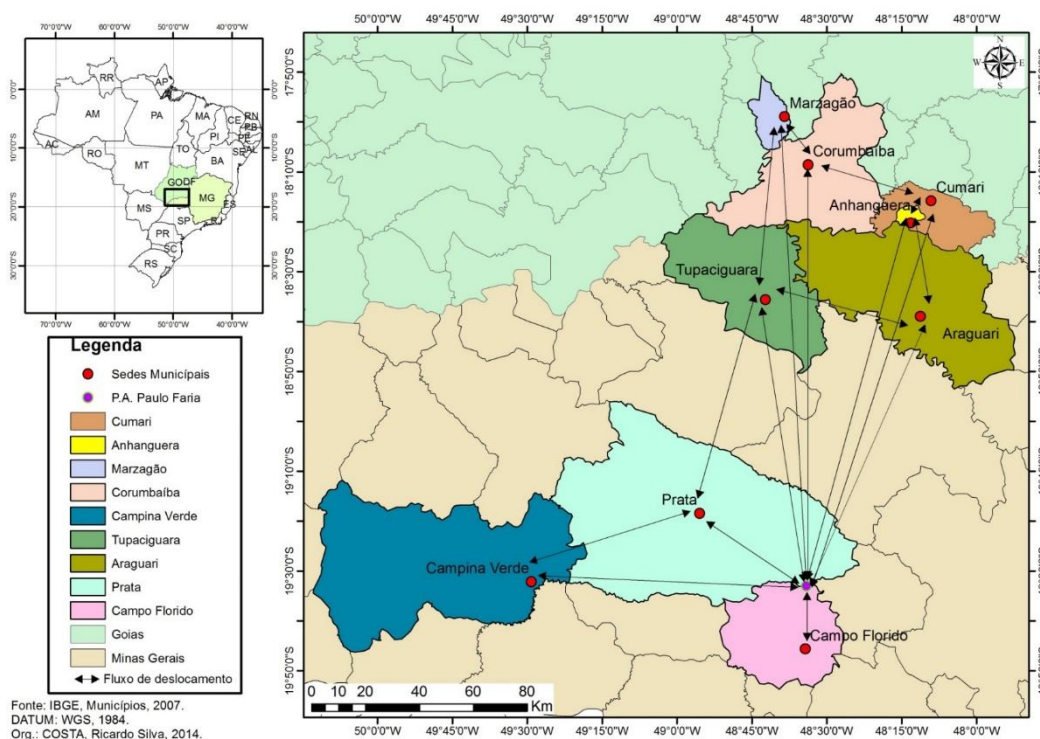


Figura 3 – Rede de deslocamento “territórios-rede”

Fonte: Costa, R.S. (2014).

Compreendemos que os ciganos teceram uma rede de territórios que serve como pontos de comércio e deslocamentos eventuais. Os ciganos compram cavalos de uma determinada região e depois se mudam para vendê-los em outro município. A figura 03 mostra esses deslocamentos dentro da malha de territórios móveis, e esses deslocamentos podem coincidir com determinadas épocas ou estações de colheita, nas quais os ciganos vendem também a sua força de trabalho. É o que mostra a fala a seguir:

“[...] Meu irmão e eu já ajudava a mexer com gado; se tivesse serviço, nós fazia. Aqui mesmo nesta região, já trabalhei desde a colheita de arroz

quebrando “mii” e depois nós ia pra outros lugar, porque tinha que andar, né, o povo não gostava muito da gente não, se juntava um dinheirinho a gente comprava um animal e vendia mais na frente pra ganhar um lucrinho e assim a gente ia vivendo, não era fácil não, chovia muito naquela época e nós, a mulher e os filho debaixo de lona ficava todo mundo doente, mas nós foi criado assim...” (relato de assentado cigano sem alteração ou correção gramatical, 2014).

O lote traz segurança aos ciganos. A terra passa a ter um papel essencial em sua vida já que, por meio do título de posse, conseguem se adequar às leis. Leis estas que impedem ou dificultam o transporte dos animais, já que são necessárias guias de transporte para ir de um município a outro e, principalmente, de um estado a outro; e, para conseguir a guia, é necessário um vínculo legal com a terra (posse ou arrendamento). Era muito oneroso para os ciganos obterem terra, então o movimento permitiu de forma mais “fácil” a adequação à legislação. A fala a seguir demonstra como os ciganos viam esses deslocamentos com os animais.

“uai, nós comprava os animal, juntava a tropa e levava pela rodovia, na frente ia as mulher e os meninos que iam armando o acampamento, no caminho a gente rezava pra não topar com a rodoviária “Polícia rodoviária estadual”, pois eles era difícil, se encontrava prendia os animal e nós não tinha jeito de tirar, aí você já tinha pago os animal e leva prejuízo, agora nós tem a terra e dá pra tirar a guia de deslocamento de animal, né? Favorece muito!” (relato de assentado cigano sem alteração ou correção gramatical, 2014).

Alguns desses sujeitos se empreitaram na produção de leite, comprando matrizes leiteiras e insumos necessários à produção leiteira com recursos próprios. Outros, que não tinham recursos financeiros e ainda estavam à espera de financiamentos como o PRONAF, trabalhavam como peões de gado em fazendas próximas, na colheita de frutas em lavouras dos municípios de seu eixo de deslocamento e/ou ainda continuavam no assentamento a comprar e vender carros (na maioria velhos), cavalos, éguas etc. A fala a seguir ilustra esse fato.

“Sô, era difícil pra nós..., eu lembro que nós saía daqui, ia pra Carneirinho, Prata (cidades próxima). Levava todo mundo, ficava lá até acabar a colheita de arroz, depois nós ia pro Goiás, temos família lá, ficava um tempo e voltava de novo, era bom, mas cansava muito, corria risco nas estradas, os meninos ficava doente, as vezes você não vendia o animal num preço que você imaginava... dava pra viver, mais era difícil demais, sô... hoje nós vive num paraíso... temos umas vaquinha, o comprador de cavalo vem na porta...” (relato de assentado cigano sem alteração ou correção gramatical, 2014).

A fala acima apenas reafirma que, para aqueles que ficaram, ter um lote e fixar território, ter um lar, traz possibilidades que não tinham antes, como qualidade de vida para suas famílias.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, observou-se que a realidade rural do Brasil está composta de novos sujeitos, entre os quais os ciganos. Nos embates políticos e de luta pela terra, esses sujeitos, antes excluídos das literaturas sociológica e geográfica, são apresentados em uma nova roupagem: a de sujeitos que querem, lutam e conseguem seus lotes de terra nos processos de assentamento propostos pelo INCRA. A partir daí, tornam-se camponeses, passando a adotar um discurso atual que busca soluções para as dificuldades enfrentadas individualmente e pela classe.

A pesquisa de campo é extremamente necessária para se entender que o que antes era uma constante (o chegar a um determinado lugar, sejam pequenos lugarejos como distritos municipais, sejam fazendas, como aquelas em que se assentaram) hoje já não é regra. A fazenda atualmente é parte de todo o assentamento P.A. e, em tempos pretéritos, era um único imóvel que lhes servia de abrigo. Ali, os ciganos pediam pouso e autorização para acampar por alguns dias e utilizar os pastos para os animais (cavalos, muares, burros). A cordialidade para com eles e a permissão para acamparem dependia muito do local e da camaradagem do anfitrião. Se permitido, utilizavam até mesmo a cozinha e alguns utensílios domésticos dos moradores.

Podemos obter algumas conclusões sobre o andamento desta pesquisa pela ideia de que os ciganos estavam em um processo nômade de vida, e se destinam agora a uma condição de territorializar, pois deixaram suas rotas de fuga ou seus territórios-rede. Algumas respostas nos dizem que a qualidade de vida desses sujeitos fixados ou territorializados se tornou melhor. As mulheres se queixam menos das condições, pois, quando nômades, ficavam sujeitas a diversas intempéries e patologias que são fruto do modo de vida cigano

Nesse contexto, a luta pela terra apenas fortalece a cultura cigana. Mesmo diante do condicionamento de uma sociedade hegemônica e homogênea de dominação e apropriação do espaço vivido, os ciganos se mantêm intactos nos seus processos simbólicos e culturais, assimilando aquilo que lhes é útil, participando ativamente da construção e das conquistas para o

assentamento, sem com isso perderem o que os define como ciganos: sua identidade, seus traços, sua oralidade, sua cultura e a persistência no que fazem.

REFERÊNCIAS

BORGES, F. A. **Os Ciganos de Uberlândia e a questão de suas crianças na escola**. Uberlândia. 2010. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios à multiterritorialidade”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

_____. Territórios alternativos. Niterói: Eduff. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 43-70.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de entrevista social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HEIDRICH, A. L. **Espaço e multiterritorialidade entre territórios**: reflexões sobre a abordagem territorial. 2012. Disponível em: < <http://labes.weebly.com/uploads/4/2/5/4/42544/view.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

IANNI, Otavio. A desterritorialização. In: _____. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 89-105.

INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/aceso-a-informacao>. Acesso em: 30 out. 2012.

MONTEIRO, Rafael de Melo. **Relações de poder, territórios e territorialidades**: travessias da vida no Assentamento Olga Benario em Ipameri (GO). Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFG, Catalão, 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico-metodológicos da Geografia. 6 ed. São Paulo: Editora USP, 2008.

Submissão em: 26/01/2015

Aceito em: 22/04/2016